

## **ANEXO X - MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO E DA OPERAÇÃO**

### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SALSEC n.º 01/2026**

**OBJETO:** contratação de instituição financeira especializada para prestação de serviços técnicos de estruturação, coordenação, colocação e distribuição de operação de securitização lastreada na cessão onerosa e definitiva do direito autônomo ao recebimento de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa.

#### **1. Natureza e finalidade desta matriz**

Esta Matriz de Riscos tem natureza instrumental, aclaratória e integrativa da governança do processo, destinando-se a consolidar, de forma sistematizada, os riscos da contratação e da operação de estruturação, coordenação, colocação e distribuição de operação de securitização lastreada na cessão onerosa e definitiva do direito autônomo ao recebimento de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa.

#### **2. Premissas**

A estrutura desta matriz adota as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos relevantes e respectivas medidas de mitigação, nos termos do art. 104, X, do RILC;
- Instrumento de alocação de responsabilidades, caracterização do equilíbrio econômico-financeiro inicial e tratamento de eventos supervenientes relevantes;
- Separação entre riscos da contratação e riscos da operação de securitização, sem confundir a execução do contrato de prestação de serviços com a decisão pública futura de aprovar, redimensionar, suspender ou não implementar a emissão;
- Observância da lógica de gestão de riscos utilizada em modelos públicos, com identificação do evento de risco, probabilidade, impacto, alocação de responsabilidade, medidas de mitigação e efeito esperado;

### 3. Critérios de classificação

Critério	Descrição
<b>Probabilidade</b>	Baixa, Média ou Alta, conforme chance estimada de materialização do evento na fase de licitação, execução contratual ou estruturação da operação.
<b>Impacto</b>	Baixo, Médio, Alto ou Crítico, conforme potencial efeito sobre legalidade, economicidade, equilíbrio econômico-financeiro, cronograma, governança, conformidade regulatória, sigilo fiscal ou viabilidade da operação.
<b>Alocação</b>	SALSEC, SEFAZ, PGMS, Município, Contratada, Mercado/Investidores, Terceiros ou Compartilhado, conforme o domínio do risco, a capacidade de prevenção/mitigação e a responsabilidade já refletida nos documentos do processo.
<b>Efeito econômico-financeiro</b>	A materialização de risco alocado à contratada não enseja, por si só, reequilíbrio em seu favor. Riscos alocados à SALSEC/Município ou compartilhados somente produzirão efeitos nos estritos limites dos instrumentos do processo, da legislação aplicável e de decisão formal da governança competente.

#### 4. Matriz de riscos da contratação

A matriz abaixo sistematiza os riscos relacionados à licitação, à contratação, à execução dos serviços pela instituição financeira especializada e à governança contratual da SALSEC.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
<b>C-01</b>	Questionamento quanto à suficiência do planejamento da contratação.	Baixa	Alto	SALSEC	Processo instruído com DFD, ETP, TR, estudos antecedentes elaborados pela SEFAZ, atesto financeiro, minuta de edital, minuta de contrato, matriz de riscos, RILC e parecer jurídico.	Risco mitigado pela instrução e pela juntada desta matriz.
<b>C-02</b>	Questionamento quanto à ausência de matriz de riscos como requisito do art. 104, X, do RILC.	Média	Alto	SALSEC	Elaboração e juntada da matriz de riscos como anexo ao edital.	Atende à condicionante.
<b>C-03</b>	Proposta econômica com TPG inexecutável ou incompatível com o escopo técnico, regulatório e operacional.	Média	Alto	Licitante/Contratada	TR e Edital preveem julgamento pela menor TPG, teto máximo de 5%, exame de aceitabilidade, compatibilidade e exequibilidade.	Proposta inexecutável pode ser desclassificada; não gera direito de reequilíbrio posterior por erro de precificação.
<b>C-04</b>	Alocação artificial de custos entre CE e CD, dificultando a leitura do custo global.	Média	Médio	Licitante/Contratada	A TPG corresponde à soma CE + CD e funciona como índice global, comparativo, auditável e classificatório da remuneração da Contratada sem se confundir com o custo econômico-financeiro final da operação de securitização. Na proposta de preços, a licitante deve indicar CE e CD	A remuneração permanece limitada à TPG adjudicada e às condições de pagamento previstas.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
					separadamente, além da soma das comissões, que perfazem a TPG.	
<b>C-05</b>	Pretensão de remuneração autônoma, antecipada ou desvinculada do êxito da operação.	Baixa	Alto	Contratada	Documentos preveem remuneração principal contingente, global, all-in e por resultado, devida apenas em caso de sucesso da operação.	Não há pagamento principal sem efetiva distribuição, subscrição, integralização e liquidação, salvo ressarcimento autorizado.
<b>C-06</b>	Pleito de ressarcimento de despesas de terceiros, em hipótese de não prosseguimento, suspensão ou encerramento motivado da operação por verificação de não vantajosidade econômico-fiscal, inviabilidade jurídica, regulatória, mercadológica ou operacional superveniente, sem atendimento dos requisitos de autorização prévia, comprovação, vinculação ao objeto ou limite contratual.	Média	Alto	Contratada	Ressarcimento excepcional admitido, no limite máximo de R\$1.230.000,00, apenas quando a operação não prosseguir por decisão motivada da SALSEC e/ou das instâncias públicas competentes, ou por inviabilidade superveniente não imputável à Contratada, desde que não haja distribuição, subscrição, integralização e liquidação financeira dos valores mobiliários, limitado a despesas de terceiros previamente autorizadas pela SALSEC, efetivamente incorridas, documentalmente comprovadas, diretamente vinculadas ao objeto e observado o teto previsto nos instrumentos do processo.	Despesas não autorizadas/comprovadas são de responsabilidade da contratada.
<b>C-07</b>	Seleção de instituição sem porte patrimonial suficiente	Baixa	Alto	Licitante/Contratada	Exigência de patrimônio líquido mínimo de R\$ 70.000.000,00, vinculada à	Inabilitação ou responsabilização da contratada, conforme fase e instrumentos.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
	para executar operação de alta complexidade.				dimensão econômica da meta de emissão e à garantia firme.	
<b>C-08</b>	Falha da contratada em cumprir garantia firme de colocação.	Baixa	Crítico	Contratada	Critérios de qualificação técnica e econômico-financeira compatíveis ao porte da operação. Salvaguardas em edital, contrato e proposta de preço quanto ao compromisso da contratada de distribuição de R\$350 milhões de debêntures em regime de garantia firme. Exigência de instituição financeira especializada. Sanções contratuais.	Risco alocado à contratada, nos limites da garantia firme assumida.
<b>C-09</b>	Inexecução, atraso ou entrega incompleta de produtos técnicos, modelagens, documentos ou atos de coordenação.	Média	Alto	Contratada	Nos termos do TR, Edital, Contrato e demais instrumentos do processo, a Contratada deverá apresentar cronograma global, observando as fases, escopos, produtos, prazos, critérios de aceite, mecanismos de fiscalização, sanções, glosas e responsabilização aplicáveis..	Pode ensejar rejeição, glosa, sanção, rescisão ou responsabilização, sem reequilíbrio em favor da contratada.
<b>C-10</b>	Subcontratação indevida, delegação do núcleo do objeto ou uso de terceiros sem aprovação.	Baixa	Alto	Contratada	Minuta contratual preserva responsabilidade integral da contratada por subcontratadas, terceiros, documentos, prazos e conformidade regulatória, além de vedar subcontratação do núcleo do objeto contratual.	Responsabilidade permanece integralmente com a contratada.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
<b>C-11</b>	Conflito de interesses na estruturação, coordenação, precificação, distribuição ou relacionamento com investidores.	Média	Alto	Contratada	Deveres de diligência, conformidade regulatória, transparência, segregação de funções e observância das normas de mercado.	Pode ensejar sanções, rejeição de atos, responsabilização e comunicação às instâncias competentes.
<b>C-12</b>	Questionamento quanto à condução do certame por agente inadequado.	Média	Alto	SALSEC	Constituição formal de Comissão de Licitação composta por servidores experientes em condução de procedimentos licitatórios. Adequação da governança à comissão de licitação.	Risco procedimental tratado nos autos.
<b>C-13</b>	Fiscalização contratual insuficiente ou sem conhecimento técnico adequado.	Média	Alto	SALSEC	Designação formal de agentes da SALSEC com conhecimento técnico sobre o objeto.	Risco mitigado por portaria/designação e acompanhamento técnico.
<b>C-14</b>	Perda ou impossibilidade de uso dos estudos, projetos, modelagens e produtos técnicos em caso de interrupção da operação.	Média	Alto	Contratada/SALSEC	Contrato assegura titularidade e utilização dos produtos técnicos pela SALSEC, mesmo na hipótese de interrupção contratual antes da distribuição das debêntures.	Produtos elaborados devem permanecer aproveitáveis pela SALSEC, conforme instrumentos.
<b>C-15</b>	Vazamento de informações, dados protegidos, informações fiscais, carteira de créditos ou dados de contribuintes.	Média	Crítico	Contratada/SALSEC/ SEFAZ	TR, contrato e documentos do processo preveem sigilo, confidencialidade, proteção de dados, segurança da informação, rastreabilidade e cooperação com órgãos de controle. Contrato possui cláusulas explícitas sobre proteção de	Responsabilização da parte causadora, sem prejuízo de sanções administrativas, civis, regulatórias e contratuais.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
					informações privilegiadas da carteira fiscal, vedação de favorecimento de carteiras próprias, relatório periódico de conformidade e LGPD.	
<b>C-16</b>	Inobservância de habilitação, autorizações regulatórias ou condições exigidas durante a execução.	Baixa	Alto	Contratada	TR e Contrato preveem obrigação de manter condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual.	Pode ensejar sanções, rescisão e responsabilização.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
<b>C-18</b>	Conflito de incentivos na remuneração variável, na garantia firme ou na recomendação de taxa, volume, alocação ou estrutura da emissão.	Média	Médio/Alto	Contratada quanto à recomendação técnica, deveres de diligência, transparência, conformidade regulatória e observância dos interesses da operação; SALSEC quanto à avaliação técnica, regulatória, operacional, fiduciária e societária da estrutura; SEFAZ/Município quanto à análise econômico-fiscal, conveniência, oportunidade e vantagem; PGMS, quando aplicável, quanto à conformidade jurídica.	Submeter taxa, volume, alocação, remuneração e estrutura da emissão aos parâmetros de aceitabilidade previstos no TR, no Edital, no Contrato e nos documentos da operação; exigir relatório consolidado, documentado e rastreável de bookbuilding, com justificativas técnicas e indicação das condições de demanda, taxa, volume e alocação; registrar conflitos potenciais; vedar prosseguimento automático quando a estrutura proposta maximize a remuneração da contratada em detrimento da vantagem da operação; exigir deliberação formal pelas instâncias competentes, observadas as manifestações da SALSEC, da SEFAZ/Município e da PGMS, quando cabíveis.	Reduz risco de estrutura excessivamente onerosa, volume incompatível, taxa inadequada, alocação ineficiente ou decisão desalinhada ao interesse público.



ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
<b>C-19</b>	Pedido indevido de reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcimento amplo ou transferência de riscos ordinários da execução à SALSEC.	Baixa/ Média	Crítico	Contratada quanto aos riscos ordinários de execução, custos próprios, mobilização, equipe, prospecção, roadshow, bookbuilding, formação da proposta e cumprimento das obrigações assumidas; SALSEC quanto à análise técnica, contratual e financeira do pedido; SEFAZ/Município quanto a eventual repercussão econômico-fiscal da operação; PGMS, quando aplicável, quanto à admissibilidade jurídica.	Prever que riscos ordinários de execução, mobilização, equipe, prospecção, roadshow, bookbuilding, custos próprios, erro de precificação e custos inerentes à proposta integram a remuneração all-in; exigir comprovação objetiva de fato extraordinário juridicamente admissível, nos termos do contrato e da legislação aplicável; limitar ressarcimento excepcional às despesas de terceiros previamente autorizadas, efetivamente comprovadas e previstas nos instrumentos do processo; indeferir pedidos incompatíveis com a matriz, o TR, o Edital, a proposta vencedora, o Contrato ou a modelagem remuneratória aprovada.	Evita aumento indevido de custo, distorção da remuneração por êxito, desvirtuamento do modelo all-in ou transferência indevida de riscos ordinários à SALSEC.
<b>C-20</b>	Desalinhamento entre o escopo contratado e demandas adicionais surgidas durante a execução.	Média	Alto	SALSEC e Contratada quanto à gestão do escopo contratual; SEFAZ/Município e PGMS quando a	Manter escopo, fases, entregáveis e responsabilidades vinculados ao TR, ao Edital, ao Contrato e aos documentos da operação; vedar execução de atividade adicional sem autorização formal;	Evita discussões sobre aditivos, custos, prazos, responsabilidades, ampliação informal do objeto ou sobreposição indevida entre

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
				demanda envolver dados, fluxos fiscais, atos jurídicos, validações institucionais, instrumentos de cessão, documentação pública ou matérias inseridas em suas competências.	distinguir subcontratações da contratada das subcontratações de prestadores essenciais que serão realizadas diretamente pela SALSEC; submeter eventual alteração, ajuste ou aditivo relevante à análise técnica e jurídica cabível; registrar nos autos as demandas, limites, responsáveis, fundamento da decisão e eventual impacto em prazo, custo, governança ou responsabilidade.	obrigações da contratada, da SALSEC e de prestadores essenciais da operação.

## 5. Matriz de riscos da operação de securitização

A matriz abaixo sistematiza os riscos associados à estruturação, aprovação, distribuição, liquidação e implantação da operação de securitização, sem converter tais riscos em obrigações de recompra, garantia de performance, coobrigação ou suporte financeiro pelo Município de Salvador, pela SALSEC, pela SEFAZ ou pela PGMS.

### 5.1 Riscos jurídicos, regulatórios e institucionais da operação

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-01	Requalificação da cessão como operação de crédito, garantia ou endividamento público.	Baixa	Crítico	SALSEC/SEFAZ/PGMS/Município; Contratada quanto à modelagem e documentação da operação.	Estruturar a operação como cessão onerosa, definitiva e <i>pro soluto</i> do direito autônomo ao recebimento de créditos tributários, em consonância à Lei Complementar 208/2024, Lei municipal 9822/2024, Decreto Municipal 40846/2025, sem coobrigação, recompra, garantia de rentabilidade, garantia de adimplemento, suporte financeiro ou assunção de risco de crédito pelo Município na condição de cedente; submeter documentos e estrutura às validações institucionais cabíveis; exigir emissão de opinião legal de conformidade da operação de securitização, tal como consta no TR e Contrato.	Estrutura incompatível deve ser rejeitada, ajustada, suspensa ou não aprovada pelas instâncias competentes, sem obrigação de implementação da operação.
O-02	Alteração normativa, regulatória, tributária ou orientação superveniente de órgão de controle que impacte a estrutura.	Baixa/Média	Alto	Exógeno/Compartilhado; SALSEC quanto à avaliação técnica e regulatória; SEFAZ/Município quanto aos efeitos fiscais e institucionais; PGMS quanto à análise jurídica; Contratada quanto à recomendação técnica e adaptação documental no escopo contratado.	Acompanhar alterações normativas, regulatórias, tributárias e manifestações de órgãos de controle; avaliar impacto na cessão, emissão, oferta, patrimônio separado, fluxo de recebíveis e documentos da operação; submeter ajustes às instâncias competentes; redimensionar, suspender ou não aprovar a operação quando necessário.	Pode gerar necessidade de ajuste documental, postergação, suspensão, não aprovação ou revisão da estratégia, sem direito automático de reequilíbrio.
O-03	Risco reputacional decorrente de falha de estruturação, questionamento, não colocação, comunicação inadequada ou desalinhamento entre expectativas de mercado e limites jurídicos da operação.	Média	Alto	Compartilhado; Contratada quando decorrente de falha técnica, documental, regulatória, comercial ou de distribuição sob seu escopo; SALSEC/Município/SEFAZ/PGMS conforme suas competências institucionais.	Manter comunicação institucional coordenada, documentos consistentes e aprovados, registros de deliberação, relatório de bookbuilding, justificativas técnicas e controles de conformidade; evitar divulgação ou promessa incompatível com cessão pro soluto, ausência de coobrigação e limites da operação; tratar questionamentos com resposta técnica e jurídica adequada.	Pode ensejar suspensão, revisão de estratégia, questionamento por órgãos de controle, redução de demanda, impacto institucional ou responsabilização conforme causa.

## 5.2 Riscos da carteira, lastro e direitos creditórios

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-04	Inconsistências cadastrais, financeiras, fiscais, operacionais ou jurídicas na base de créditos.	Média	Alto	SEFAZ quanto à disponibilização, origem, consistência, atualização e validação fiscal, cadastral, financeira e operacional da base; PGMS quanto à exigibilidade, possibilidade de cessão, cobrança e segurança jurídica; Contratada quanto à análise técnica, testes de elegibilidade, rastreabilidade, identificação de exceções, modelagem e relatório técnico; SALSEC quanto à governança da estruturação e deliberação sobre o uso da carteira.	<i>Due diligence</i> da carteira a ser realizada por empresa de auditoria, nos limites do escopo contratado; com o escopo de conferir informações cadastrais, fiscais, jurídicas, financeiras e operacionais; identificar, classificar e segregar créditos inelegíveis, inconsistentes ou de dúvida jurídica material; documentar filtros, exclusões, ajustes e reclassificações; exigir relatório técnico da contratada com achados, exceções, impactos e recomendações; submeter a carteira à validação institucional da SEFAZ e da PGMS, conforme competências.	Pode gerar exclusão de créditos, redução da carteira elegível, reprecificação, retrabalho, atraso, deterioração de rating ou questionamento da segurança do lastro.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-05	Volume de créditos elegíveis inferior ao estimado ou insuficiente para sustentar o volume, rating ou estrutura pretendida.	Média	Alto	SEFAZ quanto à base de créditos, informações fiscais e validação econômico-fiscal; PGMS quanto à validação jurídica da carteira e da cessão; Contratada quanto à análise técnica, modelagem, testes de suficiência e recomendação; SALSEC quanto à aderência técnica, regulatória, operacional, fiduciária e societária da emissão. A garantia firme permanece alocada à contratada nos termos do TR, do Edital, do Contrato e dos documentos da oferta.	A avaliação da carteira, a ser realizada por empresa de auditoria ou verificação independente, deverá subsidiar os testes de elegibilidade, suficiência, concentração, recuperabilidade, cobertura, liquidez, sobrecolateralização e aderência ao volume pretendido. O estudo de viabilidade econômico-financeira deverá ser elaborado pela Contratada, nos termos do TR e do Contrato, contemplando cenários, premissas, custos, estrutura de subordinação, mecanismos de proteção, fluxo projetado, volume suportável, taxa esperada, reforços necessários e alternativas de estrutura. O rating deverá ser obtido junto à agência de classificação de risco, com base na carteira elegível, nos fluxos projetados, na estrutura de proteção, na documentação da operação e nos demais insumos técnicos aplicáveis. A Contratada deverá apresentar relatório técnico indicando volume suportável pela carteira, rating estimado ou esperado, reforços necessários, taxa esperada, impactos sobre a garantia firme e alternativas de estrutura, preservando-se a obrigação de garantia firme de colocação no montante de R\$ 350.000.000,00, nos termos do TR, do Edital, do Contrato e dos documentos da oferta.	Pode gerar redução do volume estruturável, necessidade de reforço de estrutura, alteração de rating, aumento de taxa, perda de atratividade, modulação da emissão, suspensão ou não prosseguimento, sem reduzir ou exonerar automaticamente a garantia firme assumida.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-06	Frustração da curva projetada de arrecadação ou menor recuperação dos créditos cedidos ou vinculados.	Média	Alto/Crítico	SEFAZ/Município quanto ao histórico de arrecadação, política de cobrança e dados de recuperação; Contratada quanto à modelagem, cenários e testes; SALSEC quanto à avaliação técnica, regulatória, operacional e fiduciária da estrutura; PGMS quanto a medidas jurídicas de cobrança e limites legais.	TR e Contrato exigem que, na <i>due diligence</i> da carteira, a ser realizada por empresa de auditoria, sejam utilizados cenários base, conservador e de estresse; explicitadas as premissas e memória de cálculo; comparados fluxos históricos, projetados e necessários ao serviço das debêntures. Estudo de viabilidade econômico-financeira e estratégia de distribuição, a serem apresentadas pela Contratada devem prever índices de cobertura, liquidez, reservas, subordinação e mecanismos de proteção compatíveis com os instrumentos da operação, além de mecanismos para monitorar performance da carteira; redimensionar, postergar ou não lançar a oferta se a curva não sustentar a estrutura com segurança e vantajosidade.	Pode reduzir fluxo disponível, deteriorar indicadores, exigir reservas maiores, elevar risco da série sênior ou pressionar rating e taxa.
O-07	Concentração excessiva da carteira em contribuintes, grupos econômicos, tributos, faixas de valor, safras ou status de cobrança.	Média	Alto	SEFAZ quanto à composição, dados e validação fiscal/econômica da carteira; Contratada quanto à análise estatística, estratificação e recomendação técnica; SALSEC quanto à deliberação sobre utilização da carteira-base; PGMS quanto a riscos jurídicos específicos.	TR e contrato preveem que <i>due diligence</i> a ser realizada por empresa de auditoria deve estratificar a carteira por tributo, safra, tempo de inscrição, status de cobrança, ticket, devedor, grupo econômico, garantia e faixas de valor; definir parâmetros de concentração aceitáveis nos termos da modelagem; aplicar haircuts, exclusões, segmentações ou reforços de lastro quando necessário; divulgar concentrações relevantes na documentação de mercado; condicionar a emissão à aderência da carteira a padrões mínimos de diversificação e recuperabilidade.	Pode aumentar volatilidade do fluxo, risco de inadimplência, judicialização, concentração de cobrança e piora da percepção de risco.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-8	Créditos com exigibilidade suspensa, contestação judicial relevante, prescrição, decadência, baixa recuperabilidade ou dúvida jurídica material.	Média	Alto	PGMS quanto à análise jurídica, exigibilidade e aptidão à cessão; SEFAZ/Município quanto à identificação do status fiscal e administrativo; Contratada quanto à segregação, quantificação e tratamento técnico; SALSEC quanto à deliberação sobre inclusão ou exclusão na carteira-base da operação.	TR e contrato preveem que <i>due diligence</i> a ser realizada por empresa de auditoria deve estabelecer critérios objetivos de elegibilidade e inelegibilidade; segregar créditos judicializados, suspensos, prescritos, decadentes, inconsistentes, sem recuperabilidade ou com dúvida jurídica material; quantificar impacto das exclusões; indicar seleção de créditos elegíveis a integrem os que serão objeto de securitização; submeter ruiscos jurídicos relevantes à PGMS; evitar que a seleção da carteira contamine rating, precificação ou segurança documental.	Pode reduzir a qualidade do lastro, gerar exclusões, questionamentos, deterioração de rating ou perda de segurança jurídica.
O-9	Alteração em política de cobrança, parcelamentos, PPI/REFIS, regras de arrecadação, conciliação ou programas de regularização.	Média	Alto	SEFAZ/Município quanto à política fiscal, arrecadação e dados; PGMS quanto às repercussões jurídicas; SALSEC quanto à avaliação de impacto na operação e governança; Contratada e prestadores quanto à modelagem e documentação de impactos, nos limites de seus escopos.	Monitorar alterações normativas, programas de parcelamento e práticas de cobrança; exigir análise prévia de impacto econômico, fiscal, jurídico e operacional quando afetar a carteira cedida ou vinculada; atualizar premissas, fluxos, covenants, índices de cobertura e reservas quando aplicável; avaliar necessidade de comunicação aos agentes da operação e investidores; preservar ausência de coobrigação ou suporte de crédito pelo Município na qualidade de cedente.	Pode alterar curva de recebimento, comportamento de pagamento, fluxo, cobertura, liquidez e comunicação ao mercado.
O-10	Divergência entre estoque contábil, estoque gerencial, base disponibilizada, carteira validada e carteira efetivamente cedida ou vinculada.	Média	Alto	SEFAZ quanto às bases fiscais, contábeis e gerenciais e à validação institucional da carteira; Contratada quanto a reconciliações, filtros e memória de cálculo; SALSEC quanto à deliberação sobre a carteira-base; PGMS quanto à validação dos atos jurídicos de cessão.	Realizar conciliação formal das bases; controlar versões da carteira-base; documentar critérios de higienização, exclusões, filtros e ajustes; validar institucionalmente a base antes do uso em rating, bookbuilding e documentos da oferta; manter trilha de auditoria e vínculo entre base de dados, relatório técnico, carteira cedida e documentos definitivos.	Pode gerar inconsistência informacional, erro de modelagem, dificuldade de auditoria, questionamentos de investidores ou necessidade de retificação documental.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-11	Insuficiência de informações históricas, evidências ou dados para validação estatística da carteira.	Média	Médio/Alto	SEFAZ/Município quanto à disponibilização de dados e histórico de arrecadação; Contratada quanto ao tratamento estatístico, premissas e testes; SALSEC quanto à avaliação técnica, regulatória, operacional e fiduciária da modelagem; PGMS quando a insuficiência envolver documentação jurídica.	Explicitar limitações de dados; usar premissas conservadoras, cenários de estresse, análise de sensibilidade, amostragem e benchmarks; exigir memória de cálculo e justificativa técnica; reforçar sobrecolateralização, reservas ou subordinação quando cabível; condicionar volume, rating e lançamento da oferta à suficiência informacional e à validação das instâncias competentes.	Pode aumentar incerteza, exigir premissas conservadoras, reduzir volume, elevar taxa, demandar reforço estrutural ou impedir lançamento da oferta.
O-12	Baixa performance dos créditos cedidos após a operação.	Média	Alto	<b>Patrimônio separado/investidores</b> , nos limites da estrutura pro soluto; <b>SALSEC</b> quanto à administração do patrimônio separado e às obrigações regulatórias, fiduciárias e operacionais que lhe couberem como securitizadora; <b>SEFAZ/PGMS</b> quanto às competências de cobrança e acompanhamento do crédito originário, nos termos legais, sem coobrigação, recompra, garantia de adimplemento ou obrigação de recomposição financeira pelo Município..	Preservar a cessão definitiva e pro soluto, sem coobrigação do Município, recompra, garantia de adimplemento ou suporte financeiro; monitorar performance conforme documentos da operação; manter transparência e rastreabilidade dos fluxos; acionar mecanismos de proteção previstos na documentação da emissão, sem transferir risco de crédito ao Município na qualidade de cedente.	Não gera obrigação do Município de recompor financeiramente a operação; pode impactar fluxo, rating, percepção de risco e comunicação aos investidores.



### 5.3 Riscos de mercado, oferta, bookbuilding e garantia firme

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-13	Não obtenção de rating preliminar ou definitivo compatível com a estrutura pretendida, especialmente com o rating-alvo da série sênior.	Média	Alto	Agência de rating como avaliadora independente; Contratada quanto à coordenação técnica, insumos e recomendações; SALSEC quanto à aderência técnica, regulatória, operacional e fiduciária da estrutura; SEFAZ/Município quanto à carteira, fluxos e conveniência econômico-fiscal; PGMS quanto a aspectos jurídicos que afetem o rating.	Submeter carteira, fluxos, reservas, subordinação, cobertura, liquidez e documentos à análise por empresa classificadora de risco; simular cenários de nota, taxa e volume; exigir recomendação fundamentada da contratada no estudo de viabilidade econômico-financeira, na estratégia de distribuição e demais análises a serem realizadas; ajustar mecanismos de proteção ou estrutura de séries nos limites dos documentos; não prosseguir com emissão, volume ou taxa incompatíveis com rating, carteira, demanda e deliberações competentes.	Pode gerar aumento de taxa, redução de demanda, necessidade de reforço estrutural, redução de volume, alteração de séries ou não lançamento da oferta.
O-14	Baixa demanda de investidores profissionais ou bookbuilding insuficiente.	Média	Alto	Mercado/Investidores como fonte externa do risco; Contratada quanto à estratégia de distribuição, prospecção, comunicação, bookbuilding e deveres de diligência; SALSEC quanto à avaliação técnica, regulatória, operacional, fiduciária e societária do lançamento ou ajuste da oferta; SEFAZ/Município quanto à conveniência, oportunidade e vantagem econômica-fiscal; PGMS quando houver impacto jurídico-documental.	TR e contrato exigem que a estratégia de distribuição deve ser previamente aprovada pela SALSEC e demais órgãos, quando cabível. Acompanhar prospecção, manifestações de interesse, perfil de investidores, concentração, condições indicativas e riscos de colocação. TR e contrato preveem obrigação de a contratada realizar bookbuilding documentado. Avaliar demanda mínima, taxa, volume e alocação; redimensionar, postergar ou não prosseguir se a demanda for insuficiente, concentrada ou condicionada a termos incompatíveis com os parâmetros da operação.	Pode resultar em redução do volume colocado, postergação, taxa mais alta, concentração de investidores, não colocação da parcela residual ou não realização da oferta.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-15	Distribuição a investidores inadequados ou em desacordo com o público-alvo profissional.	Média	Alto	Contratada quanto a suitability, KYC, PLD/FT, distribuição e registros; SALSEC quanto à aprovação dos documentos e acompanhamento; agentes de mercado conforme suas funções regulatórias.	TR e Contrato delimitam público-alvo exclusivamente a investidores profissionais; exigem observância às normas da CVM e demais regras aplicáveis; mantém registros de ordens, enquadramento, comunicações e restrições de revenda; vedam material promocional incompatível; responsabilizam a contratada por falhas de distribuição, com penalidades, saneamento e indenização quando cabível.	Pode gerar risco regulatório, reputacional, nulidade ou ineficácia de atos, sanções ou responsabilização da contratada.
O-16	Formação inadequada de preço, volume ou alocação no bookbuilding.	Média	Alto	Contratada quanto à condução, registro, consolidação e relatório de bookbuilding; SALSEC quanto à avaliação técnica, regulatória, operacional e fiduciária da formação de preço, volume e alocação; SEFAZ/Município quanto à conveniência, oportunidade, impacto e vantagem econômica-fiscal; PGMS quando aplicável.	Exigir coleta e consolidação rastreável de ordens; elaborar relatório consolidado com demanda total, taxa de corte, dispersão, concentração, premissas de alocação, demanda por parcela, aderência aos parâmetros previamente aprovados e recomendação técnica; registrar justificativas para taxa, volume e alocação; submeter decisão final às instâncias competentes; não aceitar condições incompatíveis com vantagem ou interesse público.	Pode gerar taxa final não representativa, questionamento da transparência, concentração excessiva, aumento de custo, alocação inadequada ou não prosseguimento.
O-17	Não colocação integral da parcela residual em melhores esforços.	Média	Alto	Mercado quanto à absorção da parcela residual; Contratada quanto aos melhores esforços e estratégia de distribuição; SALSEC quanto à avaliação técnica, regulatória, operacional e fiduciária do encerramento parcial, nova janela ou cancelamento; SEFAZ/Município quanto à conveniência, oportunidade e interesse econômico-fiscal.	TR e contrato preveem colocação em regime misto, mencionando-se expressamente o montante a ser colocado em regime de garantia firme e o montante residual, em regime de melhores esforços. Deve-se acompanhar distribuição por janela; exigir relatório de demanda e justificativa para parcela não colocada; permitir encerramento parcial, redimensionamento, postergação ou nova janela conforme documentos da oferta; não obrigar a SALSEC a aceitar taxa ou estrutura mais onerosa apenas para ampliar o volume residual.	Pode gerar captação inferior à meta de emissão, encerramento parcial, nova janela, redimensionamento ou cancelamento da parcela residual, sem obrigação pública de completar colocação ou suportar rentabilidade.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-18	Volatilidade macroeconômica, alta de juros, deterioração de mercado de crédito privado, liquidez ou apetite por crédito público securitizado.	Média	Alto	Mercado como fonte externa; SALSEC quanto à decisão técnica, regulatória, operacional e fiduciária de prosseguir, ajustar ou suspender; SEFAZ/Município quanto à avaliação de vantajosidade econômico-fiscal; Contratada quanto ao monitoramento, recomendação técnica e estratégia de distribuição.	Monitorar curva de juros, crédito privado, liquidez, inflação, apetite de investidores e operações comparáveis; atualizar parâmetros previamente aprovados quando cabível; reavaliar taxa, volume, rating, demanda e cobertura; deliberar formalmente sobre prosseguimento, postergação, redimensionamento ou não realização da oferta.	Pode gerar piora de taxa, redução de demanda, adiamento da liquidação, necessidade de nova janela, ajuste de volume ou não prosseguimento.
O-19	Taxa final de mercado superior à estimada ou incompatível com a vantajosidade da operação.	Média	Alto	Mercado quanto à taxa e demanda; Contratada quanto ao bookbuilding, formação de preço e recomendação técnica; SALSEC quanto à avaliação técnica, regulatória, operacional e fiduciária; SEFAZ/Município quanto à avaliação de vantajosidade econômico-fiscal; PGMS quando aplicável.	TR e Contrato estabelecem critérios para aceitabilidade dos produtos e definem gates decisórios para que seja autorizado o avanço das fases subsequentes da operação. Deve ser comparada taxa final com estimativas, alternativas de captação, custo global e benefícios esperados; exigir justificativa técnica e relatório de bookbuilding; deliberar formalmente sobre aceitar, redimensionar, postergar ou não realizar a emissão; vedar prosseguimento automático em condições antieconômicas ou incompatíveis com interesse público.	Pode gerar aumento do custo financeiro, perda de atratividade econômica, necessidade de ajuste de volume ou estrutura, postergação ou não prosseguimento.

#### 5.4 Riscos operacionais, tecnológicos e de execução

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-20	Falha na segregação patrimonial, no regime fiduciário, na conta vinculada ou no fluxo financeiro da operação.	Baixa/Média	Crítico	SALSEC quanto à emissão e administração do patrimônio separado; Contratada quanto à estruturação técnica e documental; SEFAZ/Município quanto ao fluxo de arrecadação e ausência de trânsito prévio; PGMS quanto à validação jurídica dos instrumentos.	TR e contrato preveem diretrizes e regramentos, exigindo-se que seja estruturado regime fiduciário e patrimônio separado; depósito direto dos recebíveis em conta vinculada da SALSEC integrante do patrimônio separado, sem trânsito prévio por conta do Município; documentação de regras de movimentação, reservas, prioridade de pagamentos e conciliação; submissão de instrumentos à validação jurídica.	Pode gerar confusão patrimonial, requalificação da operação, descumprimento regulatório, fragilidade fiduciária ou questionamento jurídico.
O-21	Atraso na execução das etapas de estruturação, distribuição ou implantação operacional.	Média	Médio/Alto	Contratada quanto ao cumprimento de cronograma, coordenação técnica e entregáveis sob seu escopo; SALSEC quanto à aprovação de fases, fiscalização e avaliação técnica, regulatória, operacional e fiduciária; SEFAZ/Município e PGMS quando houver dependência de dados, validações ou manifestações institucionais em suas competências.	Exigir cronograma detalhado nos termos do TR; identificar stakeholders, responsabilidades, dependências e janelas de mercado; registrar formalmente pendências de dados, acessos, evidências, validações ou respostas; admitir reprogramação quando pendência não for imputável à contratada; aplicar glosas, retenções, penalidades ou rescisão quando atraso for imputável à contratada.	Pode gerar perda de janela de mercado, aumento de custos, postergação da oferta, retrabalho ou descumprimento de marcos contratuais.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-22	Falha de coordenação entre banco coordenador, SALSEC, SEFAZ, PGMS, agência de rating, auditoria, escriturador, custodiante, agente fiduciário e demais prestadores.	Média	Alto	Contratada quanto à coordenação e integração técnica dos produtos afetos ao seu escopo; SALSEC quanto à governança da operação e contratação/gestão de prestadores do patrimônio separado; SEFAZ/PGMS quanto às manifestações de suas competências.	TR e Contrato preveem que a contratada deve apresentar cronograma global com definição de matriz de responsabilidades, fluxos de aprovação, calendário de reuniões e controle de pendências; exigir comunicação formal e tempestiva da contratada com SALSEC, órgãos envolvidos e PGMS quando aplicável. TR e Contrato preveem formalizações para entregas de produtos e documentos; formalizações para deliberações; etapas de submissão de ajustes e decisões relevantes às instâncias competentes antes do avanço às fases subsequentes da operação.	Pode gerar inconsistência documental, retrabalho, atrasos, falhas de integração ou perda de rastreabilidade.
O-23	Indisponibilidade, instabilidade ou inadequação de sistemas, dados, contas vinculadas, conciliação ou rotinas operacionais.	Baixa/Média	Alto	SALSEC quanto à administração do patrimônio separado e controles próprios; SEFAZ/Município quanto a sistemas e informações fazendárias; Contratada quanto ao apoio técnico de implantação, integração inicial e recomendações; prestadores essenciais conforme atribuições próprias.	Mapear sistemas, contas, fluxos, integração de dados e rotinas de conciliação; testar segregação patrimonial e ingresso direto em conta vinculada da SALSEC/patrimônio separado; implantar plano de contingência; definir rotinas e prazos operacionais, quando aplicável; validar rotinas antes da liquidação; adotar controles manuais temporários somente de forma documentada e mitigadora.	Pode gerar falha na segregação, controle de fluxos, prestação de informações, conciliação, liquidação ou administração inicial da operação.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-24	Relatórios técnicos incompletos, pouco rastreáveis ou insuficientes para tomada de decisão.	Média	Médio/Alto	Contratada quanto à qualidade, completude, rastreabilidade e suficiência dos relatórios; SALSEC quanto à aceitação dos entregáveis; SEFAZ/PGMS quanto às manifestações de suas competências.	TR e Contrato definem conteúdo mínimo dos relatórios e documentos da operação, incluindo procedimentos, amostras, achados, estratificações, curvas, exceções, riscos residuais, cenários, memórias de cálculo e recomendações; exigir planilhas, bases, premissas, indicadores e parâmetros financeiros de forma auditável e rastreável quando aplicável. TR e contrato preveem possibilidade de rejeição de entregas incompletas e exigência de refazimento, complementação. Há impedimento de avanço de fase sem autorização formal da SALSEC.	Pode gerar fragilidade de governança, dificuldade de fiscalização, atraso de fase ou deliberação sem suporte técnico adequado.
O-25	Substituição de equipe-chave, subcontratados ou prestadores sem qualificação equivalente ou aprovação prévia.	Média	Médio/Alto	Contratada quanto à equipe, subcontratados e qualidade dos serviços sob seu escopo; SALSEC quanto à aprovação ou rejeição motivada; terceiros/prestadores quanto às obrigações próprias.	TR e Contrato exigem aprovação prévia de subcontratações e substituições relevantes nos limites dos instrumentos; comprovação de experiência, método, equipe e independência quando aplicável. TR e Contrato possuem regimentos que mantêm a contratada integralmente responsável por atos, documentos, produtos, prazos e vícios de subcontratados; rejeitar substituto sem qualificação compatível; aplicar penalidades se a substituição comprometer a execução.	Pode gerar perda de continuidade técnica, queda de qualidade, atrasos, conflito de interesses ou falha de integração.
O-26	Dependência excessiva de terceiros não diretamente subordinados à contratada ou à SALSEC.	Média	Médio/Alto	Compartilhado conforme escopo: Contratada quanto à coordenação técnica de terceiros vinculados ao seu escopo; SALSEC quanto à contratação ou gestão de prestadores do patrimônio separado; terceiros quanto às obrigações próprias; SEFAZ/PGMS quando envolver suas competências.	TR e Contrato preveem que a contratada deve mapear terceiros críticos; definir interfaces, prazos, dependências e responsabilidades; diferenciar subcontratados da contratada de prestadores essenciais contratados pela SALSEC/patrimônio separado; implemente plano de integração. SALSEC deve registrar impactos não imputáveis; prever substituição, reprogramação ou contingência quando houver falha de terceiro.	Pode gerar atrasos, lacunas de responsabilidade, falhas de integração ou dificuldade de responsabilização.

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-18-G	Falhas na guarda, organização, controle de versões e rastreabilidade dos documentos da operação.	Média	Médio/Alto	SALSEC quanto à guarda institucional e governança documental; Contratada quanto aos documentos e registros produzidos sob seu escopo; SEFAZ/PGMS quanto aos documentos e manifestações de suas competências.	Implantar repositório eletrônico estruturado; controlar versões, responsáveis, datas, aprovações e acessos; organizar estudos, bases, relatórios, atos, documentos de oferta, bookbuilding, rating, deliberações e manifestações; manter trilha decisória suficiente para auditoria, fiscalização e defesa perante órgãos de controle.	Pode gerar fragilidade de auditoria, dificuldade de prestação de contas, versões divergentes ou defesa institucional prejudicada.

## 5.5 Riscos financeiros, contratuais e de remuneração

ID	Risco	Prob.	Impacto	Alocação	Mitigação	Efeito na contratação/operação
O-28-A	Descontinuidade da operação por decisão administrativa, jurídica, regulatória, mercadológica ou institucional.	Baixa/Média	Alto	SALSEC quanto à avaliação técnica, regulatória, operacional, fiduciária e societária que recomende ajuste, suspensão ou encerramento; SEFAZ/Município quanto à decisão de conveniência e vantajosidade econômico-fiscal; PGMS quanto à conformidade jurídica dos atos de ajuste, suspensão ou encerramento quando aplicável; Contratada quanto à documentação de custos e encerramento ordenado.	Aplicar suspensão ou encerramento motivado quando a operação se tornar economicamente inviável, juridicamente inadequada, regulatoriamente incompatível ou não recomendável; limitar ressarcimento a despesas de terceiros previamente autorizadas, incorridas, comprovadas e dentro do teto previsto; exigir relatório de encerramento, entrega de documentos e preservação de evidências.	Pode gerar interrupção de fases, não pagamento da remuneração principal, reembolso limitado ou de necessidade de arquivamento/ajuste documental.

## 6. Regra interpretativa

A presente Matriz de Riscos consolida, de forma sistemática, os riscos relevantes da contratação e da operação, as responsabilidades institucionais e contratuais já decorrentes dos documentos do processo e as medidas de mitigação já previstas ou logicamente compreendidas na instrução processual.

A materialização de risco expressamente alocado à contratada, inclusive em razão de erro de precificação, falha técnica, descumprimento regulatório, inexecução, atraso, insuficiência de distribuição assumida em garantia firme, despesa não autorizada, violação de sigilo ou falha de diligência, não caracterizará, por si só, hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro em seu favor.

A materialização de risco institucional, regulatório, jurídico, fiscal, contábil, operacional ou de mercado poderá ensejar ajuste, saneamento, redimensionamento, suspensão ou não aprovação da operação pelas instâncias competentes, nos estritos termos dos documentos do processo, sem que esta matriz represente autorização de contratação, aprovação da emissão, aprovação da carteira elegível, celebração da cessão definitiva ou obrigação de implementar a operação de securitização.